

A INTERVENÇÃO MILITAR NA LÍBIA

Fernando Alcoforado *

São dois os grandes objetivos da intervenção militar na Líbia sob a égide dos Estados Unidos, Reino Unido, França e outros países aliados: 1) derrubar o ditador Kadafi, que desde que assumiu o poder da Líbia em 1969 tem criado muitos problemas em seu relacionamento com as potências ocidentais, e, em seguida, manter a Líbia sob seu controle; e, 2) assegurar o controle do suprimento de petróleo líbio, privatizando a empresa estatal líbia, National Oil Corporation (NOC), com a transferência para mãos estrangeiras da riqueza petrolífera da Líbia, que corresponde a 3,5% das reservas de petróleo globais, isto é, mais do que o dobro daquelas dos Estados Unidos.

Cabe observar que Kadafi assumiu o poder da Líbia em 1969, através de um golpe de estado contra o então governante submisso aos interesses norte-americanos, Idris I. Instalado no governo da Líbia, Kadafi exigiu e obteve a retirada americana e inglesa de bases militares do país, nacionalizou a indústria do petróleo, proibiu a exportação de petróleo para os Estados Unidos, confiscou propriedades estrangeiras e expulsou as comunidades judaicas lá residentes. Kadafi era admirador do líder egípcio e nacionalista árabe Gamal Abdel Nasser. Com a morte de Gamal Abdel Nasser em 1970, Kadafi patrocinou e apoiou países e organizações anti-americanas ou antiisraelenses e alguns países do Oriente Médio, tentando dar continuidade ao trabalho de Nasser, que tanto admirava.

Em 1986, após um atentado a bomba numa discoteca de Berlim, quando morreram dois cidadãos norte-americanos, os Estados Unidos lançaram ataques aéreos em Trípoli e Benghazi e impuseram sanções econômicas contra o país. No final da década de 1980, o governo líbio foi acusado de envolvimento nos atentados contra aviões da Pan Am e da UTA, o que motivou a imposição de sanções também pela ONU, em março de 1992. Em 1992 e 1993, a ONU impôs sérias sanções à Líbia acusando Kadafi de financiar o terrorismo pelo mundo. Essas sanções foram suspensas em 1999. Em 2003 Kadafi anunciou que pretendia juntar-se à guerra contra o terror, eixo da política externa americana durante o governo Bush. Logo depois George Bush, filho, suspendeu as sanções contra a Líbia. Em seguida, os produtores de petróleo dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha expandiram suas atividades na Líbia juntamente com gigantes da indústria bélica e outras multinacionais. Em maio de 2006, a Líbia saiu da lista negra de embargos econômicos dos Estados Unidos.

Neste ano de 2011, no bojo das revoltas sociais em vários países do norte da África, Kadafi enfrentou a insurreição do povo líbio contra seu regime ditatorial. As condições políticas na Líbia são fundamentalmente diferentes das que prevaleceram nas insurreições no Egito e na Tunísia. Nesses países, as forças populares derrubaram pacificamente as respectivas ditaduras sem a interferência estrangeira, ao contrário da Líbia. Diferentemente do Egito e da Tunísia, o que, efetivamente, está em curso é a "batalha pelo petróleo" desencadeada contra a Líbia pelos países capitalistas centrais dependentes do "ouro negro". Com a intervenção militar da Líbia, Muamar Kadafi foi retirado definitivamente da posição privilegiada ao qual havia sido conduzido pelos petronegócios. O tirano, que durante quase duas décadas foi considerado o "inimigo número um" do Ocidente para logo converter-se no vistoso aliado de seus inimigos de agora, voltou ao seu estatuto originário.

A intervenção militar na Líbia pelas potências ocidentais, baseada em resolução do Conselho de Segurança da ONU, desencadeada com o objetivo de proteger a população civil ameaçada pela tropas de Kadafi, representa um mero pretexto para encobrir seus verdadeiros propósitos que é o de se apossarem das reservas de petróleo líbio. Esta intervenção aconteceu também com o propósito de impedir o aniquilamento dos revoltosos pelo exército de Kadafi que estava na iminência de ocorrer e promover a derrubada do ditador líbio. Ao evitar o aniquilamento dos revoltosos, as potências ocidentais preservaram as forças políticas que assumiriam o poder da Líbia na era pós-Kadafi. Ataques com a força aérea e com mísseis americanos e europeus já mostraram que podem causar danos consideráveis às forças de Kadafi com pouco risco. A questão é se isso será suficiente para parar os ataques de Kadafi contra os revoltosos e apeá-lo do poder.

O cenário estratégico da Líbia desejado pela coalizão militar das potências ocidentais é, provavelmente, o da formação de um novo governo por elas tutelado na Líbia com a derrubada de Kadafi nos moldes do que acontece no Iraque ou a montagem de um governo também tutelado na província secessionista em Benghazi até que seja consumada a queda de Kadafi fragmentando o país na tentativa de reproduzir o que aconteceu na ex-Iugoslávia na década de 1990. Uma era pós-Kadafi na Líbia significaria de imediato a ausência de um governo capaz de manter a ordem no país e a existência de maior liberdade para todos os líbios, fato este que pode contribuir para acirrar a rivalidade entre 140 tribos e clãs que Kadafi consegue mantê-los sob controle com uma combinação de repressão brutal e subornos generosos. Com o fim do regime de Kadafi essas tribos tendem a lutar entre si pelos despojos da indústria de petróleo da Líbia realimentando a guerra civil. Uma era pós-Kadhafi irá precisar de uma força internacional de paz para manter a ordem na Líbia e promover a reconstrução do país. Muito provavelmente, esta força internacional de paz será organizada sob os auspícios da ONU e da Liga Árabe.

Na prática, defrontam-se na Líbia duas forças que conspiram contra os interesses de seu próprio povo: de um lado, Kadafi que exerce uma ditadura pessoal e vem usurpando do povo líbio sua soberania há 42 anos e, de outro, as potências imperialistas (Estados Unidos, Reino Unido, França e outros países da coalizão militar) que querem exercer sua dominação no país na tentativa de usurpar a soberania do povo e a da nação líbia para se apossarem das reservas de petróleo. A manutenção de Kadafi no poder é desastrosa para o povo líbio porque significa a continuidade de uma ditadura pessoal, enquanto que sua queda e vitória dos rebeldes caudatários das potências imperialistas significam, em última instância, o domínio desses últimos. Haveria, de um lado, usurpação da soberania popular, isto é, com o povo à margem do poder, com a manutenção da ditadura de Kadafi e o fim da soberania popular e da soberania nacional com os rumos do país ditados pelas potências imperialistas sobre a Líbia.

*Fernando Alcoforado, 71, engenheiro e doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, professor universitário e consultor nas áreas de planejamento estratégico, planejamento empresarial, planejamento regional e planejamento de sistemas energéticos, é autor dos livros *Globalização* (Editora Nobel, São Paulo, 1997), *De Collor a FHC- O Brasil e a Nova (Des)ordem Mundial* (Editora Nobel, São Paulo, 1998), *Um Projeto para o Brasil* (Editora Nobel, São Paulo, 2000), *Globalização e Desenvolvimento* (Editora Nobel, São Paulo, 2006), *Bahia- Desenvolvimento do Século XVI ao Século XX e Objetivos Estratégicos na Era Contemporânea* (EGBA, Salvador, 2008), *The*

Necessary Conditions of the Economic and Social Development- The Case of the State of Bahia (VDM Verlag Dr. Müller Aktiengesellschaft & Co. KG, Saarbrücken, Germany, 2010) e *Aquecimento Global e Catástrofe Planetária* (P&A Gráfica e Editora, Salvador, 2010), entre outros.